

## Relatório do Documento interno n.º 2057 de 28/02/2025

**DOCUMENTO N.º:** **REMETENTE:FUNC.:** AMÉRICO DE OLIVEIRA DOMINGUES  
**DATA DOC.:** 00/00/0000 **TIPO DE DOCUMENTO:** PROPOSTA  
**REF. DOC.:** **LIVRO DE REGISTO:**LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA  
**REGISTADO:** americo  
**ATUALIZADO:** americo

### ASSUNTO

Proposta de Alteração ao Regulamento do Cartão Social Municipal

### Detalhes do Documento

---

**1. Original** Enviado para Serv: Reunião de Câmara

**PROCESSO N.º**  
**CLASSIFICAÇÃO**  
**OBSERVAÇÕES**

### Movimentos

---

**(2) Movimentado no dia 28/02/2025 16:18 para Serv: Reunião de Câmara**

Efetuada por Presidente de Câmara: 423 - Antonio Manuel Pina Fonseca(afonseca)

Despacho: À Reunião de Câmara  
Autor do despacho: Antonio Manuel Pina Fonseca  
Categoria: Presidente de Câmara  
Data de despacho: 28/02/2025

**(1) Movimentado no dia 28/02/2025 16:17 para Presidente de Câmara: Antonio Manuel Pina Fonseca**

Efetuada por Func.: 1037 - Américo de Oliveira Domingues(americo)

Despacho: Registo original!  
Autor do despacho: Américo de Oliveira Domingues  
Categoria: Chefe de Divisão  
Data de despacho: 28/02/2025

### Anexos do documento

---

Tipo doc.: Outro | Data: 28/02/2025 | Observações: Proposta de alteração ao Regulamento do Cartão Social Municipal

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Assunto: Proposta de Alteração ao Regulamento do Cartão Social Municipal

### PROPOSTA:

Apreciação e votação da proposta de Alteração ao Regulamento do Cartão Social Municipal

### FUNDAMENTOS

#### DE FACTO:

Considerando que o Cartão Social Municipal se destina a facilitar o acesso de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, a determinados bens e serviços e, simultaneamente, diversificar as oportunidades de exercício de uma cidadania ativa a cidadãos e residentes no Concelho de Fornos de Algodres, há pelo menos 1 ano.

Assim, apresenta-se uma proposta de alteração ao regulamento, que visa essencialmente a criação de um novo serviço, de acordo com o quadro infra, que faz parte integrante do artigo 4.º do Regulamento.

Programas	A – Acesso ao Transporte Semanal gratuito para a Unidade Local de Saúde (S)	B – Acesso ao Programa Oficina Amiga de Sua Casa (H)	C – Programa Municipal de Teleassistência (T)	D – Preparação Individualizada do Medicamento (PIM)
<b>Beneficiários</b>	1. Municípes Isentos de Taxas Moderadoras ao abrigo da alínea d) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 113/2011 na sua redação atual	1. Muncípe com idade igual ou superior a 60 anos e rendimento mensal per capita <1,5 IAS	1. Muncípe com idade igual ou superior a 60 anos e rendimento mensal per capita <1,5 IAS	1. Beneficiários do Programa de Teleassistência;
	2. Municípes abrangidos pelo transporte não urgente de doentes conforme Portaria n.º 142-B/2012 na sua redação atual, mediante prescrição do médico de família.	2. Muncípe portador de incapacidade ou deficiência igual ou superior a 60%, devidamente comprovada com atestado de incapacidade multiuso;	2. Municípes que vivam sós ou em situação de isolamento permanente ou temporário com rendimento mensal per capita <1,5 IAS;	2. Beneficiários do Programa Idoso em Segurança (GNR);

	3. Em situações excecionais, e desde que solicitado pelo médico de família, pode o beneficiário ser acompanhado por outra pessoa, devidamente identificada (Nome, NIF e N.º do SNS) pelo médico de família, que terá igualmente acesso ao transporte gratuito.	3. Desempregados com idade inferior a 60 anos, quando não disponham de capacidade para executar as reparações pelo próprio meio, mediante parecer dos serviços do município com rendimento per capita < 1,5 IAS.	3. Munícipe portador de incapacidade ou deficiência igual ou superior a 60%, devidamente comprovada com atestado de incapacidade multiuso que vivam isolados.	3. Munícipe que comprovadamente através do seu regime terapêutico seja doente crónico, polimedicado (=>5 medicamentos), que demonstre dificuldade na gestão e/ou organização da sua terapêutica e rendimento mensal per capita <1,5 IAS
--	--	--	---	---

Neste sentido, apresenta-se esta proposta de alteração ao *Regulamento do Cartão Social Municipal*, para apreciação e votação do Órgão Executivo e posterior envio ao Órgão Deliberativo de acordo com alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação, após submissão a consulta pública nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias.

#### DE DIREITO:

Nos termos do:

- Regulamento do Cartão Social Municipal;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### DIVULGAÇÃO:

- Portal do Município em [www.cm-fornosdealgodres.pt](http://www.cm-fornosdealgodres.pt)

#### DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA

- Proposta de alteração ao Regulamento do Cartão Social Municipal

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 12/2021, de 09 de fevereiro, na sua redação atual.  
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



# REGULAMENTO DO CARTÃO SOCIAL MUNICIPAL

## PREAMBULO

Por força das competências de âmbito social que lhe foram legalmente atribuídas e, também, pela proximidade que têm com as populações e com os seus problemas, os Municípios são permanentemente desafiados a repensar novas estratégias de intervenção social e implementar políticas sociais verdadeiramente ativas, numa lógica de crescente solidariedade local e combate a fenómenos cada vez mais complexos de pobreza e exclusão social.

Atenta à crescente necessidade de investimento na área social e, às prioridades de intervenção definidas no *Plano de Desenvolvimento Social* do Município de Fornos de Algodres, decidiu a Câmara Municipal criar o **Cartão Social Municipal** procurando, através dele, facilitar o acesso de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, a determinados bens e serviços e, simultaneamente, diversificar as oportunidades de exercício da plena cidadania a cidadãos residentes no município. Pretende, também, com esta medida, concretizar uma política social integrada para a população idosa fomentando o envolvimento e participação da sociedade civil e suas instituições, nomeadamente as empresas locais, incentivando uma maior responsabilidade social corporativa.

O Cartão Social Municipal tem associado a si quatro respostas sociais, nomeadamente:

1. Transporte Semanal gratuito para a Unidade Local de Saúde
2. Programa Oficina Amiga de Sua Casa
3. Programa Municipal de Teleassistência
4. Preparação Individualizada do Medicamento (PIM)

O custo previsto para a implementação do cartão social municipal é de **57 mil euros anuais**, distribuídos da seguinte forma:

1. **Transporte Semanal gratuito para a Unidade Local de Saúde:** 20 mil euros
2. **Programa Oficina Amiga de Sua Casa:** 10 mil euros
3. **Programa Municipal de Teleassistência:** 8 mil euros
4. **Preparação Individualizada do Medicamento (PIM):** 19 mil euros

### Benefícios Sociais

Embora os benefícios sejam difíceis de quantificar financeiramente, eles têm um impacto significativo na qualidade de vida e na saúde da população. Vamos analisar os benefícios de cada programa:

1. **Transporte Semanal Gratuito**
  - **Acesso facilitado aos cuidados de saúde:** Reduz barreiras financeiras e aumenta a regularidade nas consultas.

- **Promoção da saúde pública:** Melhora a deteção precoce de doenças.
- **Redução de desigualdades sociais:** Apoia grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com mobilidade reduzida.
- **Melhoria da qualidade de vida:** Diminui o stress financeiro e aumenta a satisfação com os serviços de saúde.
- **Impacto positivo na economia local:** Aumenta a demanda por serviços de saúde e estimula o comércio local.

## 2. Programa Oficina Amiga de Sua Casa

- **Apoio a cidadãos vulneráveis:** Oferece serviços de reparação a quem não pode arcar com os custos.
- **Melhoria da qualidade de vida:** Aumenta a segurança e o conforto das habitações.
- **Promoção da autonomia:** Ajuda a manter a independência dos cidadãos.

## 3. Programa Municipal de Teleassistência

- **Redução do isolamento social:** Melhora a qualidade de vida dos cidadãos.
- **Gestão da saúde:** Permite intervenções precoces e acompanhamento contínuo.
- **Eficiência dos serviços públicos:** Libera profissionais para atender casos mais críticos.

## 4. Preparação Individualizada do Medicamento (PIM)

- **Segurança na medicação:** Reduz erros e promove uma terapia eficaz.
- **Aumento da adesão ao tratamento:** Resulta em melhores resultados de saúde.
- **Abordagem holística:** Melhora a qualidade de vida e a satisfação do munícipe.

## Conclusão

Os **benefícios sociais** dos programas implementados pelo cartão social municipal superam claramente os custos financeiros de **57 mil euros anuais**. A melhoria na saúde pública, a redução das desigualdades sociais, o aumento da qualidade de vida e a promoção da autonomia são aspetos que, embora difíceis de quantificar em termos financeiros, têm um impacto profundo e duradouro na comunidade. Portanto, a implementação do cartão social municipal é justificada não apenas pelos custos, mas principalmente pelos benefícios sociais que proporciona.

Assim, no âmbito do poder regulamentar atribuído pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º e da alínea k) do nº 1 do artigo 33º, todos do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto nos artigos 96º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, foi deliberado, em reunião ordinária da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, realizada em ..... propor a 3ª alteração do presente Regulamento do Cartão Social Municipal do Município de Fornos de

Algodres, tendo o mesmo sido aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de ..... de ..... de 2025 e que se rege nos termos seguintes.

## **Artigo 1º**

### **Âmbito**

O Cartão Social Municipal destina-se a facilitar o acesso de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, a determinados bens e serviços e, simultaneamente, diversificar as oportunidades de exercício de uma cidadania ativa a cidadãos recenseados e residentes no Município de Fornos de Algodres há pelo menos um ano.

## **Artigo 2º**

### **Objeto**

O presente regulamento estabelece as regras de adesão, atribuição e utilização do Cartão Social Municipal.

## **Artigo 3º**

### **Benefícios do Cartão Social Municipal**

1. O Cartão Social Municipal confere aos beneficiários, sempre que preenchidos os respetivos requisitos, acesso aos seguintes programas sociais municipais:

- a) Transporte semanal gratuito para a Unidade Local de Saúde;
- b) Acesso aos benefícios concedidos pelo programa Oficina Amiga de Sua Casa;
- c) Acesso ao Programa Municipal de Teleassistência

2. O Cartão Social Municipal confere aos beneficiários vantagens e descontos em estabelecimentos comerciais e outras entidades aderentes ao cartão, que exibam nas suas instalações, um autocolante identificativo a fornecer pela Câmara Municipal.

## **Artigo 4º**

### **Beneficiários**

1. São beneficiários do Cartão Social Municipal todos os munícipes que preencham os requisitos que dão acesso a cada um dos programas municipais, conforme tabela que se segue.

Programas	A – Acesso ao Transporte Semanal gratuito para a Unidade Local de Saúde (S)	B – Acesso ao Programa Oficina Amiga de Sua Casa (H)	C – Programa Municipal de Teleassistência (T)	D – Preparação Individualizada do Medicamento (PIM)
<b>Beneficiários</b>	1. Múncipes Isentos de Taxas Moderadoras ao abrigo da alínea d) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 113/2011 na sua redação atual	1. Múncipe com idade igual ou superior a 60 anos e rendimento mensal per capita <1,5 IAS	1. Múncipe com idade igual ou superior a 60 anos e rendimento mensal per capita <1,5 IAS	1. Beneficiários do Programa Municipal de Teleassistência;
	2. Múncipes abrangidos pelo transporte não urgente de doentes conforme Portaria n.º 142-B/2012 na sua redação atual, mediante prescrição do médico de família.	2. Múncipe portador de incapacidade ou deficiência igual ou superior a 60%, devidamente comprovada com atestado de incapacidade multiuso;	2. Múncipes que vivam sós ou em situação de isolamento permanente ou temporário com rendimento mensal per capita <1,5 IAS;	2. Beneficiários do Programa Apoio 65 - Idoso em Segurança (GNR);
	3. Em situações excecionais, e desde que solicitado pelo médico de família, pode o beneficiário ser acompanhado por outra pessoa, devidamente identificada (Nome, NIF e N.º do SNS) pelo médico de família, que terá igualmente acesso ao transporte gratuito.	3. Desempregados com idade inferior a 60 anos, quando não disponham de capacidade para executar as reparações pelo próprio meio, mediante parecer dos serviços do município com rendimento per capita < 1,5 IAS.	3. Múncipe portador de incapacidade ou deficiência igual ou superior a 60%, devidamente comprovada com atestado de incapacidade multiuso que vivam isolados.	3. Múncipe que comprovadamente através do seu regime terapêutico seja doente crónico, polimedicado (=>5 medicamentos), que demonstre dificuldade na gestão e/ou organização da sua terapêutica e rendimento mensal per capita <1,5 IAS

## Artigo 5º

### Modelo e validade

- O Cartão Social Municipal é um documento de identificação emitido gratuitamente pela Câmara Municipal de Fornos de Algodres que, mediante a sua exibição concede, aos seus utilizadores, os benefícios previstos no presente regulamento.
- O modelo de Cartão contém o nome do beneficiário, número de ordem, o ano a que se refere e a vinheta correspondente à natureza do apoio concedido:
  - S** - Transporte Semanal Gratuito para Unidade Local de Saúde;
  - H** - Apoio Domiciliário na Habitação, a nível de pequenas reparações;
  - ST** - Serviços de Teleassistência;
  - PIM** - Preparação Individualizada do Medicamento;

3. O Cartão Social Municipal é pessoal e intransmissível, sendo as respetivas vantagens destinadas ao uso exclusivo do seu titular, pelo que as entidades que as concedam poderão exigir-lhe a exibição de um documento de identificação.

4. O Cartão Social Municipal é válido em todo o concelho de Fornos de Algodres a partir do momento em que é emitido e é renovável de dois em dois anos, contados a partir da data da respetiva emissão, mediante preenchimento da ficha de renovação.

## **Artigo 6º**

### **Adesão**

1. A adesão ao Cartão Social Municipal realiza-se nos serviços competentes do Município de Fornos de Algodres, mediante o preenchimento de requerimento próprio, acompanhado dos seguintes documentos obrigatórios:

- a) Apresentação do bilhete de identidade/cartão de cidadão;
- b) Apresentação do N.º da Segurança Social;
- c) Apresentação do N.º de Identificação Fiscal;
- d) Apresentação do N.º do Serviço Nacional de Saúde;
- e) Apresentação de comprovativos de despesas mensais fixas (Renda de Casa; Impostos e Contribuições; Encargos com Saúde; Encargos com Água, Luz e Gás);
- f) Apresentação de comprovativo de residência há mais de um ano no concelho (fatura da luz, ou outro documento idóneo);
- g) Apresentação de declaração do IRS / **ou documento de rendimentos de pensões**;
- h) Fotografia tipo passe.

2. Para a adesão a alguns programas do Cartão Social Municipal, para além da documentação obrigatória é necessária a seguinte documentação:

- a) Apresentação do cartão de pensionista ou reformado;
- b) Apresentação de documento comprovativo de isenção de taxa moderadora, se aplicável;
- c) Prescrição do médico de família referente a transporte não urgente de doentes, se aplicável;
- d) Atestado de incapacidade multiusos, se aplicável;
- e) Declaração do IEFP a atestar condição de desempregado;

## **Artigo 7º**

### **Parcerias com outras entidades**

1. Podem aderir, enquanto parceiras, ao Cartão Social Municipal, as entidades públicas ou privadas que, mediante a celebração de um protocolo de cooperação, aceitem conceder descontos sobre bens ou serviços, no concelho.
2. A Câmara Municipal de Fornos de Algodres publicitará a parceria e promoverá a divulgação da entidade aderente, em espaço próprio constante no seu sítio na internet, sem prejuízo de utilização de outras formas de promoção decorrentes do seu Plano de Atividades Anual.

## **Artigo 8º**

### **Utilização do cartão**

1. Na utilização do Cartão Social Municipal, os seus titulares devem, sempre que solicitado, apresentar um documento de identificação previsto na lei.
2. A utilização indevida do cartão, a utilização por terceiros, a comunicação de dados falsos ou omissão de dados para a sua obtenção constituem causas de cessação imediata de utilização do mesmo, assistindo ao Município o direito de exigir a reposição dos benefícios indevidamente obtidos, sem prejuízo da adoção do competente procedimento judicial que ao caso couber.
3. No caso da utilização indevida do Cartão, as empresas e as entidades aderentes podem reter o cartão, comunicando o facto à Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
4. Em situações em que os utilizadores constatem o desrespeito das empresas e outras entidades aderentes relativamente aos compromissos assumidos com o Cartão Social Municipal, devem comunicá-lo de imediato ao Município de Fornos de Algodres.

## **Artigo 9º**

### **Perda, roubo ou extravio**

1. Em caso de perda ou extravio do Cartão deve o titular imediatamente comunicar por escrito aos serviços competentes da Câmara Municipal de Fornos de Algodres para que seja emitido um novo cartão, com o inerente pagamento do respetivo custo.
2. A responsabilidade do seu titular só cessa após a comunicação por escrito da ocorrência.
3. Se após a comunicação referida nos números anteriores o beneficiário recuperar o Cartão, deve junto dos serviços competentes da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, fazer prova da sua titularidade, caso contrário o cartão é anulado.

## **Artigo 10º**

### **Proteção de dados**

1 - O Município de Fornos de Algodres garante o cumprimento, a todo o momento e em qualquer tratamento de dados pessoais, do disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e dos dados pessoais, nomeadamente do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, bem como das deliberações que contenham recomendações da Comissão Nacional de Proteção dos Dados Pessoais.

2 - O Município de Fornos de Algodres garante, ainda, a confidencialidade da informação e documentação recebidas e as informações transmitidas pelo candidato e demais elementos do agregado familiar, as quais serão utilizadas unicamente para fins de apreciação das candidaturas efetuadas no âmbito do presente Regulamento.

3 - Os dados pessoais recolhidos serão conservados durante o período de tempo estritamente necessário para o cumprimento da finalidade indicada no número anterior, ou por prazo superior caso exista alguma obrigação legal que o legitime.

4 - O fundamento para o tratamento dos dados assenta no interesse público no âmbito das atribuições e competências do Município de Fornos de Algodres.

5 - Os dados pessoais cujo tratamento foi autorizado não serão utilizados para qualquer outra finalidade, nomeadamente para a comercialização direta ou outros de natureza comercial, incluindo a definição de perfis ou para quaisquer outras decisões automatizadas.

6 - O Município de Fornos de Algodres compromete-se a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha tido acesso ou que lhes sejam transmitidos no âmbito da candidatura, sem que para tal tenha sido expressamente autorizado, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para as finalidades determinadas na sua recolha, abstenendo-se de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros.

7 - O Município de Fornos de Algodres assegura, também, nos termos e para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, o exercício, por parte dos candidatos/beneficiários, dos direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação, oposição e portabilidade relativamente aos seus dados pessoais constantes da referida base de dados.

8 - Os direitos mencionados no número anterior poderão ser exercidos mediante comunicação escrita, para efeito, por correio eletrónico enviado para o email: [gap@cm-fornosdealgodres.pt](mailto:gap@cm-fornosdealgodres.pt)

9 - O Município de Fornos de Algodres tem aplicadas as medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a confidencialidade e segurança dos dados pessoais por si tratados de forma a prevenir e a evitar a sua destruição, acidental ou ilícita, alteração, perda acidental difusão ou acesso não autorizados, nomeadamente quando os mesmos forem transmitidos por rede, e contra qualquer forma de tratamento ilícito, em conformidade com as categoriais de dados tratados e as obrigações legais e contratuais a seu cargo.

### **Artigo 11º**

#### **Revisão do regulamento**

O presente regulamento poderá ser revisto pelos órgãos municipais.

### **Artigo 12º**

#### **Dúvidas e omissões do regulamento**

Quaisquer dúvidas ou omissões ao presente regulamento serão resolvidos por decisão da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, após estudo e parecer dos serviços competentes.

### **Artigo 13º**

#### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Municipal.

*Aprovado em Reunião de Câmara a \_\_\_ de dezembro de 20\_\_*

*O Presidente da Câmara*

*António Manuel Pina Fonseca*